

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
AMBIENTE E USOS DO TERRITÓRIO

**Reflexão acerca da existência ou não, de uma política
sobre água e floresta em Portugal, entre 1834 e 1910**

Maria Cristina Dias Joanaz de Melo

Email: cristina.joanaz@iue.it

Ao longo do século XIX, o aumento do consumo de recursos florestais como madeiras, águas e minerais, obrigou os governos europeus a alterarem a perspectiva com que olhavam para os recursos naturais. Foi necessário repensar a utilização dos mencionados recursos, não apenas do ponto de vista da gestão e consumo dos recursos disponíveis, mas criando uma política de planeamento, utilização e produção desses bens a escalas nacionais, sobre a totalidade do território. A exigência do consumo, maioritariamente industrial, exigia uma supervisão do estado para além da administração dos bens públicos e das propriedades dos estados¹. Considerando esta questão, este *paper* pretende traçar um esboço da génese, evolução e aplicação de uma política sobre recursos hídricos e florestais em Portugal, entre 1834 e 1910, isto é ao longo da Monarquia Constitucional.

Convém salientar que a informação disponível para última vintena de anos definidos neste trabalho, seja aquela para a qual se apresentam dados mais escassos e menos aprofundados ao nível particular, pretendendo-se reforçar aqui a ideia que, o caso português, no que respeita à construção de uma política sobre recursos naturais, e em particular a água e a floresta, ao longo do século XIX, representa um caso particular *the policy making* na construção do Estado Liberal.

De início apresenta-se a questão dos recursos naturais, como uma não questão, como a inexistência de um problema político, para a emergência passo a passo na agenda política, de dois sectores económicos que, quase por acaso, nos anos cinquenta passaram a ser alvo do interesse do estado, na medida em que se tornou imperativo dar solução a calamidades naturais. Deste imperativo vai-se construindo

¹ Woronoff, Denis - *Revolution et Espaces Forestiers*, prefácio de Michel Vovelle, Groupe d'Histoire des Forêts Françaises, Paris.

um universo de uma informação precisa sobre os sectores florestal e hidrológico, ao nível não só da gestão dos recursos, mas da sua gestão, primeiro definindo o acesso ao usufruto destes bens, e posteriormente apostando na sua produção e rentabilização.

Em Portugal, a evolução do pensamento político e intervenção governamental em matérias de produtos florestais e utilização das águas interiores, evoluiu da total inexistência de a conceber como uma política independente dos outros bens económicos desde meados da década de trinta, para a apropriação partidária de uma política hídrica e florestal, no início do século XX, como um elemento do programa político do partido progressista, e uma linha divisória entre os programas da esquerda e da direita,².

O estudo da evolução das políticas sobre recursos naturais em Portugal, conduz-nos a um exemplo concreto da evolução da aplicação em Portugal, de legislação e meios técnicos utilizados nos países europeus desenvolvidos, sem a necessária adaptação aos recursos do país, para a elaboração de uma política sobre os recursos naturais que teve que ter em conta, a realidade geográfica, económica e social do país, e as resistências ao desenvolvimento.

O que é interessante observar no caso português é a forma como o desejo de uma classe política e uma opinião publica esclarecida³ em acompanhar os níveis de desenvolvimento dos países europeus, levou à aplicação de técnicas e legislação elaborada noutros países, de forma errada. Seguir a esteira dos países desenvolvidos europeus, independentemente dos recursos e da geografia existente, devia ser o caminho. Esta ideia, quase concensual e que não ponderava qualquer alternativa, levou a que o modelo de “desenvolvimento por cópia” constituísse um atropelo e um travão ao próprio desenvolvimento.

Para analisar o processo da construção da política sobre os recursos naturais, serão considerados quatro períodos cronológicos, em que se podem observar um certa continuidade na aplicação de determinadas normas, ou a sua alteração pronunciada. A saber, serão considerados os períodos de 1834 a 1852, o período da instabilidade política; de 1852 a 1867, do início da regeneração à elaboração do *Relatório da Arborização Geral do País*; de 1867/68 a 1886, do mencionado relatório à

² Sessão de 6 de Setembro de 1905 in *Diário da Câmara dos Deputados -1905, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905*

³ Opinião pública, neste texto, considera-se a elite cultural portuguesa que tinha uma participação política e cívica associadas e que lidavam com a palavra escrita como meio de controlo, transmissão e recepção de ideias.

criação da Direcção Geral das florestas/Serviços Florestais; e finalmente de 1886, aquando da implementação deste organismo bem como dos serviços hídricos em 1892, até ao final da Monarquia.

Durante o primeiro período considerado, de 1834 a 1852, um período político muito instável⁴ em que, ao nível da questão florestal, o estado apenas se preocupou em gerir as suas propriedades, ao nível das bacias hidrográficas, regulamentar e as condições e operacionalidade da navegação dos rios Tejo e Douro, não chegando sequer a equacionar, a gestão da água e das florestas como um assunto a que devesse dar atenção, e muito menos conceber aqueles sectores como autónomos em relação à política agronómica.

O período seguinte, de 1852 a 1867, pode considerar-se o período da tomada consciência da necessidade da intervenção do estado na construção e investimento de obras de correcção geográfica, associada ao sector das obras públicas quer ao nível dos meios de comunicação como um dos meios privilegiados para o desenvolvimento do mercado interno e mesmo para os melhoramentos agrícolas⁵.

A partir de 1852, com o início da Regeneração, os vários governos aplicaram o que a opinião pública por eles participada acreditava. Aplicando os mesmos métodos seria possível chegar rapidamente perto dos níveis de desenvolvimento dos países que serviam de Modelo⁶ saltando alguns passos necessários ao desenvolvimento económico e social⁷.

Este mesmo desenvolvimento industrial, o aumento demográfico, o aumento de consumo de madeiras para combustível doméstico e industrial, levaram o estado a compreender que era necessária uma gestão diferente da floresta. Do “mero consumo”, era necessário proceder a um investimento na produção florestal, uma vez que as madeiras se tornavam um bem raro e ao mesmo tempo se verificava um

⁴ Bonifácio, Maria de Fátima, *Apologia da História Política: Estudos Sobre o Século XIX Português*, Quetzal Editores, Lisboa, 1999; Gois, Damião, *História de Portugal*, vol. VII, Editora Portucalense, 1959;

⁵ Alegria, Maria Fernanda - *A Organização dos transportes em Portugal (1850-1910)*, Lisboa, 1990, Justino, David - *O Atraso Económico Nacional: Portugal 1810-1913*, 2 vols, Lisboa, Vega; Lains, Pedro - *A Economia Portuguesa no Séc. XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994; Matos, Ana Cardoso de “As Consequências Ambientais da Industrialização Portuguesa oitocentista” to be printed in *Ler História*; Pereira, Míriam Halpern Pereira - *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Séc. XIX*, Lisboa, Cosmos, 1971; Reis, Jaime - *O Atraso Económico em Perspectiva Histórica: Estudos Sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

⁶ Herculano, Alexandre, - *Opúsculos*, Lisboa, Tomo II, Bertrand editora, 1989

⁷ Radich, Maria Carlos, Alves, A.A. Monteiro – *Dois Séculos de Floresta em Portugal*, Lisboa, edições Celpa, 2000

crescimento contínuo no consumo de um bem que não se renovava. Por outro lado, e intimamente influenciados pelas novidades dos trabalhos desenvolvidos em França nas décadas de 40 e 50 ao nível da engenharia hidráulica, destinados a atenuar o problemas das cheias de Inverno e Primavera⁸, os nossos políticos começaram a encarar a possibilidade de resolver o problema das cheias dos rios Tejo e Mondego, que segundo os testemunhos coevos, teriam sido particularmente rigorosas entre 1855 e 1857. A questão hidráulica aliada à florestal, começava a desenhar-se como um assunto de interesse para o país, que agora podia ter uma solução técnica, que teria os seus avanços muito débeis, até aos resultados do *Relatório da Arborização Geral do País*⁹.

No entanto, durante o período mencionado, o desejo cego em acompanhar os níveis de desenvolvimento europeu, promovido por uma classe dirigente apoiada por uma opinião pública, que se via a si mesmo como esclarecida e sem dúvida actualizada ao nível das inovações técnicas aplicadas noutros países europeus, levou à introdução e aplicação de maquinaria agrícola e de legislação, desajustadas em relação à realidade¹⁰.

A paz militar permitiu à classe política ter tempo para se ocupar do desenvolvimento económico. A elite procurava obter informação de forma rápida para poder recuperar o atraso económico de Portugal. Virou-se, naturalmente para os países que se encontravam na charneira do Desenvolvimento. A ideia de que a aplicação directa dos modelos recém desenvolvidos nesses países seria passível de ser utilizada no nosso país, permitiria, dar um salto significativo do estado franco atraso económico e social, sem passar por uma série de fases de desenvolvimento. O *gap* económico, social, e cultural, podia ser reduzido, utilizando a mesma tecnologia e os mesmos meios que eram utilizados, em particular em França.

O terceiro período, de 1867 a 1886, marcado pelos resultados do relatório acima mencionado, que se revelou um instrumento de reconhecimento económico do país, e não apenas um mapa militar que apresentava os elementos orográficos e físicos necessários às operações de combate, e através do qual o Estado se podia orientar

⁸Withed, Tamara Louise – *The Struggle for the Forest in the French Alps and Pyrenees, 1860-1940*. Dissertation Submitted in Partial Satisfaction of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy in History in the University of California, Berkley, 1994

⁹*Relatório da Arborização Geral do País*, Lisboa, Imprensa nacional, 1868

¹⁰ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, 1852-1868, Lisboa, Imprensa Nacional; Matos, Ana Cardoso de, op. Cit, .

para actuar no território¹¹, constituiu de facto, o primeiro instrumento de justaposição entre a definição do território político, das fronteiras, da carta geológica elaborada dois anos antes, e dos elementos económicos que permitiam uma intervenção no território. O relatório permitia ao estado identificar, de forma global, as áreas florestadas, agricultadas, as charnecas e terrenos disponíveis para cultura florestal ou agrícola, integrado e em íntima relação com as bacias hidrográficas¹². Este período pode caracterizar-se então, pelo reconhecimento económico do território português continental.

Mas se por um lado a “descoberta “ de novas áreas virgens de cultura permitiam pensar a realização de experiências e enriquecimento do solo agrícola e produção florestal, por outro, foram-se igualmente dando crédito às vozes dissonantes em relação à aplicação directa de técnicas importadas do estrangeiro sem o ajustamento necessário à realidade portuguesa. Da mesma forma, tomou-se consciência que o salto económico desejado, num curto espaço de tempo, era de facto um sonho impossível. Os resultados obtidos foram escassos, o investimento privado na área floresta não se fez sentir de forma significativa, e reconhecia-se agora o efeito da introdução de culturas em solos inadequados para as receber, dando razão às críticas de Herculano efectuadas no final da década de 40 e início da de cinquenta.

No entanto, o reconhecimento das propriedades do estado e a tomada de consciência de que as experiências efectuadas nas plantações piloto do estado, e que o estado podia valorizar as terras desaproveitadas das dunas, charnecas, serras e baldios, anunciava a possibilidade de se desenvolver a florestação das margens dos rios e de outras áreas, em articulação com a problema hidráulico de forma articulada e tecnicamente bem preparada.

A mudança de perspectiva sobre a floresta e a gestão das águas interiores começava a ser reconhecida como uma questão económica e política a ter em conta, mais pelos técnicos e pela elite esclarecida “civil”, isto é sem intervenção no parlamento, do que pela classe política. E o espelho da alteração do olhar sobre estes recursos é projectado na criação da Administração Geral das Florestas em 1886 e do Serviços Aquícolas em 1892.

¹¹ Branco, Rui Miguel Carvalhinho – *O conhecimento do Território e a Construção do estado. O Desenvolvimento da Cartografia Territorial em Portugal no Séc. XIX. Mimeo, Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Histórica, apresentada na FCSH-UNL, Lisboa, 1999*

¹² Radich, Maria Carlos, op.cit. ; *Relatório da Arborização Geral do País*, Lisboa, Imprensa nacional, 1868

O quarto período que decorre entre 1886 a 1910, caracteriza-se pela projecção e concepção de uma política sobre as águas e as florestas, em todo o território nacional, plasmada nos organismos estatais criados e implantados no território nacional. A visão dos sectores hídrico e florestal como assunto da agenda política, foram confirmados ainda que de forma limitada, através de intervenções no parlamento como a de Álvaro Simões a 6 de setembro de 1905. Nesta sessão, o deputado por Cabo Verde, procurando sensibilizar a assembleia para a necessidade de promover as obras hidráulicas naquele arquipélago, desenvolve um discurso de defesa da água e floresta, filiando esta questão como um ponto de referência do programa político do partido progressista, que marcaria uma linha divisória entre este e o partido de direita, o Partido regenerador.

Podemos então afirmar que, ao longo do século XIX, o olhar sobre os recursos naturais, sofreu uma evolução, da “não-questão” para a construção de uma política de gestão dos mesmos, derivado da necessidade de responder às necessidades de consumo de bens que se tornava escassos, de um mercado que impunha dinâmicas de consumo e consequentemente motivaria dinâmicas de produção desses bens, impuseram uma gestão racional dos recursos naturais, como veremos de seguida.

Em Portugal, desde 1834 a 1851, a instabilidade política levou o poder central a definir a sua política económica no intuito de garantir quer o armazenamento de cereais, quer as condições necessárias para a importação do mesmo. O fornecimento de mantimentos básicos à população e a “questão do pão”, constituíram a sua preocupação principal¹³. A floresta e o uso da água, eram considerados como complementos naturais do sector produtivo, de combustível e de pastoreio das populações rurais. A floresta não era uma questão. Estava lá para ser usada, consumida, utilizada e mesmo destruída¹⁴.

No âmbito da matéria florestal e hídrica, grande parte da legislação, não só tinha sido mantida, como em matéria de águas nem sequer tinha sido questionada. As florestas da coroa tinham sido transferidas na íntegra para o estado, mantiveram a

¹³, Devy-Vareta, Nicole - *A Floresta no espaço e no Tempo em Portugal- A Arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993; Radich, Maria Carlos - *Agronomia no Portugal Oitocentista: uma Discreta Desordem*, Oeiras, Celta Editora, 1996; Radich, op.cit.; Silbert, Albert - *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de l' Ancien Régime XVIII-Début du XIX Siècle.*, 2ª ed., Lisboa, I.N.I.C., 3 vols, 1973; Gomes, Melo, Cristina Joanaz de, *Coutadas Reais Entre 1777-1824.Privilégio, Poder, gestão e Conflito*, Lisboa, Montepio-Geral, 2000

¹⁴ Devy-Vareta, nicole, Idem; Silbert, Albert, op.cit, Melo, Cristina, op.cit.

designação de matas nacionais, atribuída no vintismo e mantida igualmente por D. João VI e D. Miguel. O nome dos funcionários foi alterado, mas a estrutura de gestão e as funções dos técnicos afectos aquela mantiveram-se, seguindo uma estrutura muito semelhante à de Antigo Regime¹⁵. O novo regulamento das Matas nacionais só viria a ser implementado em 1847. Por sua vez, as matas que pertenciam aos municípios deviam ser administradas por estes. As águas não navegáveis, pertenciam na nascente ao seu proprietário, e o consumo de água era livre¹⁶.

Como foi referido antes, a questão das águas encontrava-se completamente integrada na questão agrária. Mas a partir de meados da década de 50, as cheias do Tejo e do Mondego, que seriam agravadas por anos de chuva torrencial de uma violência maior que a normal, bem como as epidemias de cólera e tifo, propagadas através nas áreas onde se encontravam águas estagnadas, levaram os governantes e os parlamentares no parlamento a discutir a questão das cheias, a necessidade de controlar o ímpeto das águas, a correcção das margens dos rios através da florestação, e, a tomar medidas¹⁷. A escassez ou o abastecimento de águas seria uma questão para o final do século, mas não só se começara a perceber a necessidade e o interesse em olhar para as bacias hidrográficas no seu todo em articulação com o sector florestal. Da “não-questão”, olhava-se agora para os dois sectores de forma articulada.

Mas ao mesmo tempo que se colocava a questão das cheias, colocou-se a questão de melhorar as barras dos portos e pensar numa ligação das bacias hidrográficas do Mondego; Tejo e Sado a partir de Canais. As vias de comunicação levariam o governo a encarregar a comissão geodésica encabeçada por Filipe Folque a realizar o levantamento dos portos e Barras dos rios navegáveis, e a cartografia do Tejo, na Zona de Cheias, terminada pela equipe em 1858¹⁸. Este projecto de ligação

¹⁵ Garcia, M. Emygdio – *Estudo sobre a Legislação de águas*, Coimbra, 1862

Magalhães, António de Assis Teixeira de – *Águas. Das Correntes não Navegáveis nem Flutuáveis Segundo o Direito Civil Moderno*, Coimbra, Livraria Central de José Diogo Pires – Editor, 1876

¹⁶ *Código Administrativo Anotado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1852.

¹⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 1853-1860, Lisboa, Imprensa Nacional

¹⁸ Branco, Rui, op. Cit.; *Contas do Ministério da fazenda pertencentes ao ano económico de 1838-1839*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841; *Contas do Ministério dos Negócios da Fazenda no ano Económico de 1850-1851*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853; *Contas das Despesas do Ministério da fazenda e Encargos Gerais no Ano Económico de 1850-1851*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853; Corvo, João Andrade, *Relatório Sobre a Exposição Universal de Paris-*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857; *Relatório Apresentado ao Governo pela Junta Central de Administração dos Trabalhos de Melhoramento Sanitário com o Resultado do Inquérito Sobre Pantanos e Arrozaes a que Procedeu em Virtude da lei de 1 de Julho de 1867*, Lisboa, Typographia Franco Portuguesa, 1869

das bacias seria abandonado, mas o levantamento das margens e a possibilidade de correcção das margens dos rios mantinha-se.

Inspirado provavelmente pelo consulado de Napoleão III, que elegera a questão florestal e a hidrológica, como sectores chave do seu governo, a classe política, ou pelo menos os simpatizantes do sector agrícola e florestal em Portugal, viram nesta atitude um incentivo para desenvolver um projecto semelhante no país¹⁹.

Napoleão III abriu a primeira sessão do parlamento em 1853, apresentando floresta e a água como as questões principais a ter em conta no seu governo, em matéria de política económica. E não apenas enquanto instrumentos de apoio ao desenvolvimento do sector agrícola, mas como áreas de interesse per si, sobre as quais o estado iria investir fortemente.

As principais funções dos bosques e da produção florestal seria fornecer lenha para consumo doméstico, produzir carvão vegetal para consumo industrial, manter áreas de pastagem acessíveis para o pastoreio, garantir a produção de mel, e recolher o mato necessário que os camponeses precisariam para fazer as “camas” dos animais. Ou seja, gerir a floresta e forma a manter o equilíbrio e níveis de consumo acessíveis a todas as estratos sociais, mesmo em diferentes níveis de desenvolvimento.

Comparando a legislação portuguesa com as normas aplicadas em França ao regime das torrentes, às obras hidráulicas, à produção florestal, podemos constatar, que se a legislação não foi copiada, foi inspirada muito de perto em relação aquela²⁰. Assim como a legislação, os instrumentos de intervenção, ou seja a florestação efectuada ao longo das margens para actuarem como esponjas, bem como os canais e albufeiras construídos em França para drenar e conservar a água nas planícies francesas, não teriam os mesmos resultados em Portugal. Principalmente porque os elementos naturais eram distintos, a superfície de terras planas muito menor, e o declive dos rios, proporcionalmente à zona de planície muito mais acentuado²¹. No entanto, esta falha pode ser compreendida.

¹⁹ O exemplo francês sobre a florestação dos Alpes e dos Pirinéus, será baseado na dissertação de Doutoramento de Withed, Tamara Louise – *The Struggle for the Forest in the French Alps and Pyrenees, 1860-1940*. Dissertation Submitted in Partial Satisfaction of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy in History in the University of California, Berkley, 1994

²⁰ *Resoluções do Conselho de Estado na Secção do Contencioso Administrativo Colligidas e Explicadas por José Silvestre Ribeiro*, tomos I a XVIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868,

²¹ *Relatório da Arborização Geral do País*, Lisboa, Imprensa nacional, 1868

De facto os técnicos portugueses não tinham os instrumentos, a cartografia adequada do território²². A memória escrita constituía o instrumento fundamental, independentemente dos levantamentos topográficos militares. Desta forma, a classe política socorreu-se da informação disponível que vinha de França. Os problemas eram semelhantes: cheias, destruição de sementes, margens dos rios desflorestadas. O estado apenas tentou aplicá-la no início dos anos 60, com cerca de 10 anos de distância em relação às medidas francesas, e quando os técnicos franceses já questionavam a eficácia da utilização das árvores como a solução perfeita para actuar como esponjas em relação à água que ultrapassava os leitos dos rios, se esta medida não fosse acompanhada de canais e barragem que permitissem conduzir e reaproveitar a água.

De facto, em França, a florestação foi encarada como o “remédio técnico” por excelência, para evitar as inundações anuais, para todo o sempre. E , de facto, foi realizada uma florestação massiva nos Pirinéus e nos Alpes. A ideia de que através da florestação se conteria as margens dos rios, e para além disso produziria uma cobertura florestal nos solos áridos de forma a torná-los agricultáveis, foi difundida entre políticos e cidadãos. Aliada a esta ideia, surgiu o “credo” de que afinal as terras áridas das montanhas podiam ser enriquecidas e tornadas produtivas²³. E tendo a França seguido este caminho, porque não poderia ele ser aplicado em Portugal?

Mas a tentativa de promover um desenvolvimento sócio-económico a grande velocidade, foi gorada pelo facto de, os instrumentos técnicos que se pretendiam implementar serem desajustados em relação à realidade do país, que não estava preparado para os receber. Paralelamente os métodos tradicionais de praticar a agricultura, e uma população rural com um nível de intrusão muito baixo, constituíram por si só, um factor de resistência à mudança.

Procurando responder fazer face aos factores de inércia e de bloqueio, o estado procurou adaptar-se e desenvolver estratégias de divulgação e aplicação de novos conhecimentos em diferentes compassos, definindo pelo menos três níveis de intervenção. Um para a elite cultural e económica disposta a investir na formação escolar e por conta própria; um segundo nível seriam aqueles que absorveriam uma informação intermédia, e que procuravam pelos seus próprios meios atingir níveis mais altos de desenvolvimento; e ainda, um terceiro, junto das populações locais, onde a resistência ao conhecimento moderno se fazia sentir com mais força.

²² Alegria, Maria Fernanda, op.cit, Branco, Rui, op. Cit.

²³ Withed, Tamara, op. cit.

Por mais paradoxal ou contraditório com o que foi dito acima, o maior esforço para desenvolver a ciência e implementar as técnicas correctas no território, foi levado a cabo pelo estado. O que significa que em diferentes momentos, os políticos e a opinião pública tinham opiniões divergentes. Mas na matéria das questões florestal e hidrológica, o estado desenvolveu uma actividade quase despercebida para o grosso da classe política da época, e a uma pequeníssima escala no território, em duas direcções. Promovendo o ensino nestas áreas e disponibilizando as propriedades nacionais, matas, cumeadas e dunas, e levando a cabo por sua o investimento e construção de obras hidráulicas, nos anos 50 e 60, de pequena monta²⁴.

O curso de ciências agronómicas foi criado em 1852, e posteriormente, o investimento na área florestal foi formalizado com o curso de engenharia florestal, criado em 1864, no mesmo instituto de Agronomia. Dois anos mais tarde, por ordem do governo, fez-se a reforma do sector de engenharia Hidráulica do Ministério das obras Públicas Comércio e Indústria, que em 1866 passou a constituir uma secção autónoma²⁵.

Tendo promovido a educação do seu próprio staff, o estado acarinhou e promoveu através dos institutos de instrução pública, a execução de experiências nas matas nacionais e nas dunas do litoral²⁶. Uma área pouco significativa das matas nacionais, o Pinhal de Leiria, e posteriormente os viveiros de ostras na área de Aveiro e Ovar, nos anos 70, tornaram-se os principais campos de operação de um trabalho, desenvolvido apenas por técnicos devidamente especializados²⁷. Mas de facto, por muito especializados que fossem, à escala nacional, o efeito revelava-se muito aquém das necessidades.

No que diz respeito à questão das águas, o motor do interesse do estado, foi como se disse anteriormente, as cheias, a saúde pública²⁸ e o sector dos transportes²⁹. Ao longo das décadas de 50 e 60, o estado promoveu, em particular, o levantamento de estudos das bacias hidrográficas do país, e as obras de

²⁴ *Boletim do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria*, 1852-1868, Lisboa Imprensa Nacional

²⁵ Idem, Branco, Rui; Matos, Ana Cardoso de, op. Cit.

²⁶ Barros Gomes, Radich, op cit, Perry, Eduardo, Branco Rui

²⁷ Reports of state woods management in *Boletim do Ministério das Obras Publicas*, 1853-1868; *Boletim das Obras Publicas e Minas* 1870-1880; *Boletim da Direcção Geral de Agricultura* 1882-1910

²⁸ Relatório Apresentado ao Governo pela Junta Central de Administração dos Trabalhos de Melhoramento Sanitário com o Resultado do Inquérito Sobre Pântanos e Arrozaes a que Procedeu em Virtude da lei de 1 de Julho de 1867, Lisboa, Typographia Franco Portuguesa, 1869

²⁹ Alegria, Maria Fernanda, op. Cit.

melhoramentos dos portos de mar³⁰. Mas em relação à hidráulica agrícola, observamos que o investimento foi feito por particulares³¹. O que deixa de ser um factor estranho, se pensarmos que a área agrícola administrada e pertencente ao estado com algum fôlego, quase se resumia à Companhia das Lezírias do Tejo e Sado.

Assim, vemos que ao longo das décadas referidas, uma elite bem preparada tecnicamente, formada nas escolas superiores, particulares autodidactas que estudavam por si próprios através das publicações sobre os temas rurais, ou ainda os proprietários sem formação específica, mas que recorriam à consulta técnica do pessoal preparado para o efeito. Nalguns casos fizeram obra construindo canais, para irrigação e/ou drenagem de água e, para transporte. Da mesma forma, vemos, os mesmos personagens a introduzir as sebes arbóreas, como barreiras contra os ventos. Aplicam assim em simultâneo duas técnicas de correcção de solos: regularização das águas, e prevenção contra a erosão aérea³².

Embora até à data, a investigação histórica sobre o contributo da intervenção privada no sector florestal e de obras de engenharia, atribua um investimento muito fraco nestas matérias, importa contudo perceber e ter em conta que, uma parte do investimento escolar e científico foi absorvido, como por exemplo por D. José de Alarcão, José Maria dos Santos, ou Parreira Cortez³³.

E para além da influência externa em matéria de conhecimento científico uma outra ideia foi absorvida dos exemplos francês, alemão e italiano: conceber as obras públicas com uma componente estética. As obras públicas deviam ser integradas harmoniosamente na paisagem, e se possível embelezar ou desfear a área envolvente.

No final da década de sessenta, o panorama sobre a intervenção humana no território descrita por figuras públicas respeitáveis como José Silvestre Ribeiro,

³⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, 1853-1861, Lisboa, Imprensa Nacional; *Diário de Lisboa*, 1861-1869, Imprensa Nacional

³¹ Fonseca, Helder Adegar Fonseca – *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996, Matos, A. C., Martins, M.C.Aandrade, Betencourt, M. L., Prefácio de Jaime Reis- *Senhores da terra Senhores do Campo. Diário de um Agricultor Alentejano 1832-1889*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982; *Livros de Despesa 1874-1884 da herdade da Palma* pertencente a José Maria dos Santos, em Depósito no Instituto de Ciências Sociais de Lisboa

³² Idem

³³ Fonseca, Helder Adegar Fonseca – *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996, Matos, A. C., Martins, M.C.Aandrade, Betencourt, M. L., Prefácio de Jaime Reis- *Senhores da Terra Senhores do Campo. Diário de um Agricultor Alentejano 1832-1889*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982;

membro do conselho de estado, ou por Plácido António da Cunha e Abreu, engenheiro civil e director das Obras públicas do Minho, seriam muito diferentes das opiniões proferidas por Herculano vinte anos antes, embora com algum lirismo³⁴. Ambos os deputados, representavam e reproduziam o ideal estético do seu tempo, ainda que acreditassem no mesmo, desvirtuando um pouco a realidade existente³⁵.

José Silvestre Ribeiro inspirado nos resultados do *Relatório da Arborização Geral do País*, publicado em 1868, apresenta uma visão excessivamente optimista do quadro da floresta em Portugal, entrando em contradição com a visão global do próprio relatório. Para Silvestre Ribeiro a floresta e a florestação tinham sido incorporados pela sociedade como algo a preservar e acarinhar, contrariamente ao que “na minha infância e mocidade ouvi sempre lamentar amargamente a estúpida tendência, que entre nós havia para destruir o arvoredos; e raro era ver-se que ao longo de uma estrada, ou nos sítios acomodados para o plantio, permanecesse por muito tempo uma árvore, que, ou o governo geral, ou o municipal, ou os particulares, houvessem mandado plantar.

Hoje porém, e com bem o digamos! Parece estar arreigado o amor do arvoredos, e o respeito pela conservação das formosas e benfazejas criaturas do reino Vegetal.

Apreciável manifestação do progresso que o Povo Português tem feito no caminho da civilização!”³⁶

Partilhando a mesma concepção estética e filosófica de vida, Plácido de abreu, aplicou estes pensamentos no terreno. Este deputado trabalhou no Ministério das Obras públicas desde a sua fundação em 1852, no sector das obras hidráulicas e na construção de estradas. Nos trabalhos que supervisionou, mandou colocar ao longo das estradas e de valas, o instrumento considerado como o mais eficaz para prevenir a erosão, sebes de árvores³⁷. De acordo com a sua forma de pensar, progresso, significava simultaneamente, desenvolvimento tecnológico e deleite para a vista. E a

³⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849-1861 e 1869 a 1881; *Diário de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861-1869. Intervenções parlamentares de Plácido da Cunha e Abreu, desde 1853 a 1880. A lista de intervenções foi cedida por Maria Filomena Mónica, coordenadora do projecto de investigação intitulado - *Dicionário Biográfico Parlamentar*, em curso no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

³⁵ Idem

³⁶ *Resoluções do Conselho de Estado na Secção do Contencioso Administrativo Colligidas e Explicadas por José Silvestre Ribeiro*, tomo XIV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p182; Radich, Maria Carlos, Alves, A.A. Monteiro – *Dois Séculos de Floresta em Portugal*, Lisboa, edições Celpa, 2000

³⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 1849-1861; 1861-1880; *Diário de Lisboa*, 1861-1869, Lisboa, Imprensa Nacional

melhor forma de conferir um ar agradável às obras publicas e construções urbanas seria através da vegetação, como seria entendido em qualquer povo civilizado.

E a “nação civilizada” que a elite portuguesa tinha em mente, era Principalmente a França³⁸. Mas muito estava ainda por fazer.

Para além de discursos inflamados no parlamento acerca do atraso crónico português a incapacidade para a mudança, bem como a reprodução dos mesmos discursos, o estado juntamente com associações agrícolas, tentaram desenvolver uma campanha de educação em matérias agro-pastoris, quer através da publicação de jornais sobre a matéria quer em acções de informação e formação nas populações rurais. Mas em sucesso. Apesar da disponibilidade tanto dos funcionários do estado como dos membros das associações que se dispunham a ensinar as novas técnicas, os camponeses e ou proprietários, não compareciam³⁹.

No entanto, a referida elite esclarecida, continuava a investir no desenvolvimento e aplicação de novas técnicas. A década de 70 e oitenta foi de facto um período de recolha de resultados. As experiências na produção florestal nas matas do estado que se revelaram eficientes na produção de resinosas, eficientes e lucrativas, bem como a percepção da exploração do litoral⁴⁰. Paralelamente, este foi um período um período em que alguns proprietários privados introduziram novas técnicas de preservação dos solos, através de uma florestação efectiva e da construção de equipamentos hidráulicos nas suas terras⁴¹.

Estes melhoramentos correspondem à tentativa de aplicação de novos métodos e perceber quais seriam aqueles que permitiriam uma exploração mais racional da terra, com menores custos e maiores rendimentos. Esta atitude é patenteada tanto no sector público como no sector privado⁴².

Durante um período de aplicação do que tinha sido aprendido sobre o assunto, os resultados obtidos na exploração das matas do estado, e a disponibilidade técnica e financeira para novos empreendimentos, foram suficientemente significativos, para

³⁸ Withed, Tamara, op. cit.

³⁹ Martins, Conceição Andrade – *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal: do Pombalismo à Regeneração*, Tese de doutoramento em História Contemporânea, Apresentada na Universidade de Évora, 1998

⁴⁰ Relatórios vários da administração das matas, em depósito no Arquivo Histórico Florestal

⁴¹ Fonseca, Helder Adegar Fonseca – *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996

⁴² Idem; Reports of state woods management in *Boletim do Ministério das Obras Publicas*, 1853-1868;

que nos anos oitenta, se vá assistir a uma mudança na condução da política sobre águas e florestas⁴³.

Em primeiro lugar, torna-se evidente que com a Criação da direcção Geral das florestas em 1886, o estado reconhece a importância da necessidade da autonomização do sector. Aliada a este, a área da hidráulica florestal. Pela primeira vez, o estado cria um organismo com um malha de funcionários implantada em todo o território, que embora só possa gerir directamente as matas do estado, e as águas interiores, cabe-lhe o policiamento e acompanhamento, na área florestal ao sector privado. A legislação promulgada sobre florestas e águas, cobre todo o território nacional, e não visa apenas a gestão e manutenção das matas do estado. E esta visão sobre o sector difere substancialmente daquela que víamos no início da década de 50. De uma estratégia defensiva e de uma política de “colocar remendos” por um lado, e limitar o consumo, o estado afirma as experiências desenvolvidas na década de 70 e 80, com uma atitude interventiva, desempenhando agora uma função de produtor e regulador à escala nacional.

A visão sobre os recursos florestais e aquícolas em relação a 1834 apresentava contornos muito deferentes. Como afirmava , em 1891, José Frederico Laranjo, no seu livro intitulado *Princípios de Economia Política*, a florestação e a hidráulica agrícola enquanto instrumentos incontornáveis para o desenvolvimento da agricultura, como um dado adquirido “Entre os vários ramos de produção agrícola, a sivistura tem uma economia especial. Além de fornecerem combustível e material de construção e de viação por terra ou por mar, as florestas são necessárias:

- 1º para infiltrar e demorar o degelo e a chuva, de modo que se mantenham e aumentem nos vales e ribeiros e as fontes, se regularizem as correntes e impeçam as inundações
- 2º para obstar ao esboroamento das encostas e não se prejudicarem as terras subjacentes;
- 3º para abrigar dos ventos, melhorar os terrenos, os climas e as condições higiénicas. Nos litorais são necessárias também para que as terras cultivadas não sejam invadidas e esterilizadas pelas dunas⁴⁴”

⁴³ Radich, op.cit, nota 5

⁴⁴ Laranjo, José Augusto, *Princípios de Economia Política*, Banco de Portugal, Lisboa

Reconhecendo a importância do sector hidrológico, tanto ao nível da hidrologia agrícola, como para consumo doméstico industrial, é criado em 1892 os serviços aquícolas e águas interiores, ficando dependente da Administração dos serviços Florestais⁴⁵.

Nos últimos anos da monarquia, apesar do reconhecimento da importância do sector hidrológico, com excepção da Correção da bacia do Rio Lis em 1882, os trabalhos mais visíveis, desenvolveram-se mais amplamente no sector da construção de viveiros destinados à piscicultura. Embora seja de referir a recuperação do projecto de ligar bacias do Tejo e Sado em 1898, através de canais. Mas o projecto não foi levado avante⁴⁶.

O sector florestal, recebeu uma atenção mais efectiva quer ao nível do planeamento, quer ao nível da intervenção no território. A tentativa de florestar os baldios deu origem a enormes conflitos entre os técnicos e funcionários do estado, e as populações locais. Numa tentativa de controlar e contornar a situação, foi concebida a figura do regime florestal em 1901, total ou parcial, que pretendia definir a área florestal que seria explorada e administrada directamente pelo estado, e as áreas do país em que a presença dos guardas e técnicos florestais fosse apenas de policiamento e aconselhamento. A incidência e as tentativas da administração das florestas em conceber uma forma de intervir no território representam as tentativas mais reconhecíveis do ordenamento do território⁴⁷.

Até ao fim da monarquia, em termos de planeamento, e após a tentativa gorada da ligação das bacias do Tejo e Sado, o estado virou-se com mais intensidade para o abastecimento urbano, e o sector florestal continuou a ser desenvolvido mediante o projecto de 1901. E na viragem do regime monárquico para o republicano, embora as críticas contra os trabalhos levados a cabo pelo regime anterior pelos republicanos, pouco foi efectivamente melhorado na segunda década do século XX⁴⁸.

Mas nesta fase final da monarquia, o que interessa realçar ao nível da concepção das políticas do estado sobre recursos naturais, é a evolução da não existência do problema, para a criação de um organismo com implementação territorial, que, nos dois sectores, hidrológico e florestal, se iria revelar como uma importância significativa no desenvolvimento dos sectores agrícola e industrial.

⁴⁵ Monteiro, AA, e Radich, Maria Carlos, op. Cit. Nota 5

⁴⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 1895-1899, Lisboa Imprensa Nacional

⁴⁷ Ramos, Rui, *História de Portugal coord José Matoso*, vol VI, Lisboa, Círculo de Leitores

⁴⁸ Idem

Fontes e Bibliografia

Albuquerque, António Tavares de - *Índice Alfabético e Remissivo dos Trabalhos Parlamentares das Cortes Gerais e Extraordinárias da nação Portuguesa 1821-1823*.

Branco, Alípio Freire de Figueiredo Abreu Castelo - *Repertório ou Índice Geral Alfabético e Remissivo de toda a legislação publicada Remissivo de toda a legislação publicada desde Julho de 1840 até Dezembro de 1847*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847.

Branco, Alípio Freire de Figueiredo Abreu Castelo - *Repertório Alfabético da Legislação publicada desde Julho de 1848 até Dezembro de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Catálogo dos produtos da Agricultura e Industria Portuguesa Mandados à Exposição Universal de Paris em 1855. Primeira e segunda Parte, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855

Código Administrativo anotado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1852.

Código Civil Português, aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Contas das Despesas do Ministério da fazenda e Encargos Gerais no Ano Económico de 1850-1851, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853

Contas do Ministério da fazenda pertencentes ao ano económico de 1838-1839, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841

Contas do Ministério dos Negócios da Fazenda no anno económico de 1850-1851, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853

Corvo, João Andrade, *Relatório Sobre a Exposição Universal de Paris- Agricultura*, Lisboa, Imprensa nacional, 1857.

Diário da Câmara dos Deputados, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839-1861 e 1869 a 1881; *Diário de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861-1869.

Diário de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861-1869

Diário do Governo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834-1837

Relatório Apresentado ao Governo pela Junta Central de Administração dos Trabalhos de Melhoramento Sanitário com o Resultado do Inquérito Sobre Pântanos e Arrozaes a que Procedeu em Virtude da lei de 1 de Julho de 1867, Lisboa, Typographia Franco Portuguesa, 1869

Regulamento da Administração das Matas 1824, Lisboa, Impressão Régia, 1824.

Relatório da exposição Agrícola de Lisboa realizada na real tapada da Ajuda em 1884, Lisboa, Imprensa nacional, 1885. (péssimo estado- descosido).

Resoluções do Conselho de Estado na Secção do Contencioso administrativo colligidas e explicadas por José Silvestre Ribeiro, Tomos I-XVIII Lisboa, Imprensa Nacional, 1854-1874

Devy-Vareta, Nicole - "Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa: As Matas Medievais e a «Coutada Velha» do Rei", *Revista da Faculdade de Letras- Geografia*, 1ª série, vol. I (1985) pp. 47-67.

Devy-Vareta, Nicole - "Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa: do Declínio das Matas Medievais à Política Florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)", *Revista da faculdade de Letras- Geografia*, 1ª série, vol. I (1986) pp. 5-37.

Devy-Vareta, Nicole - *A Floresta no espaço e no Tempo em Portugal- A Arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

Fonseca, Helder Adegar Fonseca – *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996

Herculano, Alexandre, - *Opúsculos*, Lisboa, Tomo II, Bertrand editora, 1989.

Justino, David - *O Atraso Económico Nacional: Portugal 1810-1913* , 2 vols, Lisboa, Vega.

Lains, Pedro - *A Economia Portuguesa no Séc. XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.

Laranjo, José Augusto, *Princípios de Economia Política*, Banco de Portugal, Lisboa

Matos, A. C., Martins, M.C.Aandrade, Betencourt, M. L., Prefácio de Jaime Reis- *Senhores da Terra Senhores do Campo. Diário de um Agricultor Alentejano 1832-1889*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982

Mattoso, José - *História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

- Pereira, Míriam Halpern Pereira - *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Séc. XIX*, Lisboa, Cosmos, 1971.
- Pimentel, Carlos A. Bento de Sousa Pimentel - *Pinhais Soutos e Montados. Cultura Tratamento e Exploração destas Matas. 1ª Parte-Pinhais*, Lisboa, Typografia de Christovão Augusto Rodrigues, 1882
- Presidência do Conselho. Inspecção superior do Plano de fomento - Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II Agricultura, Silvicultura e Pecuária*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1958
- Radich, Maria Carlos, Alves, A.A. Monteiro – *Dois Séculos de Floresta em Portugal*, Lisboa, edições Celpa, 2000
- Radich, Maria Carlos - *Agronomia no Portugal Oitocentista: uma Discreta Desordem*, Oeiras, Celta Editora, 1996.
- Reis, Jaime - *O Atraso Económico em Perspectiva Histórica: Estudos Sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- Torres, F. A. - *ABC do Lavrador, Obra destinada aos Camponeses*, Porto, Imprensa Pereira da Silva, 1882
- Vaquinhas, Maria Irene – *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1990
- Vieira, José Neiva, “Falemos da Nossa História Florestal”, *Mediterrâneo*, nº7, Instituto Mediterrânico da Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- Withed, Tamara Louise – *The Struggle for the Forest in the French Alps and Pyrenees, 1860-1940*. Dissertation Submitted in Partial Satisfaction of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy in History in the University of California, Berkley, 1994
- Woronoff, Denis - *Revolution et Espaces Forestiers*, prefácio de Michel Vovelle, Groupe d’Histoire des Forêts Françaises, Paris.